



MOÇÃO Nº. 12/2015

De autoria de todos Vereadores

CONSIDERANDO que, em dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovou a criação de **973 (novecentos e setenta e três) novos cargos de servidores efetivos: sendo 356 (trezentos e cinquenta e seis) novos cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária; 90 (noventa) novos cargos de Analista Judiciária – Oficial de Justiça Avaliador Federal; 147 (cento e quarenta e sete) novos cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa; 380 (trezentos e oitenta) novos cargos de Técnico Judiciário.**

CONSIDERANDO que o **Projeto de Lei 8256-2014** foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), sendo o mesmo encaminhado à primeira das Comissões – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - para apreciação do mérito, da qual já foi votado e aprovado por unanimidade em sessão ordinária deliberativa do dia 27-05-2015 – (tendo sido o relator do Projeto de Lei nessa Comissão o Deputado Augusto Coutinho do partido SD-SE). Após a aprovação o Projeto de Lei foi encaminhado para essa Comissão da Câmara – CFT – o qual aguarda a designação de seu relator e análise em sessão deliberativa ordinária.

CONSIDERANDO que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT 15ª Região), com sede em Campinas-SP, possui jurisdição em **599 municípios**, sendo este município que os subscreve um destes municípios que serão beneficiados com uma prestação mais célere em suas varas trabalhistas.

CONSIDERANDO que é de conhecimento notório de todos os magistrados, servidores, advogados e da população que se utiliza dos serviços abrangidos por esta jurisdição, que o Tribunal recebe grande demanda de processos, vindo a sustentar ao longo de vários anos o segundo o maior volume de processos recebidos no país, superando a significativa marca de um milhão e duzentos mil processos desde o ano de 2006.

CONSIDERANDO que, segundo dados estatísticos relacionados à movimentação processual na Justiça do Trabalho do TRT 15, a estrutura organizacional e funcional do Tribunal não acompanhou o crescimento da demanda processual desinente, principalmente, em razão da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, por meio da Emenda Constitucional n.º 45;



CONSIDERANDO que o TRT 15ª Região vem buscando manter o elevado nível de excelência na prestação jurisdicional e na gestão administrativa, tendo inclusive conseguido manter o nível estabelecido pelo CNJ de processos encerrados, entretanto, o volume de serviços continua, progressivamente, ultrapassando a paridade entre a demanda e seu pleno atendimento;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei 8256-2014, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST) visa proporcionar qualidade e celeridade da prestação jurisdiciona trabalhista no Estado de São Paulo.

CONSIDERANDO que o aumento quantitativo de ações trabalhistas verificado nos últimos anos, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional n.º 45, fez com que o **Município de Agudos** bem como outros Municípios da 15ª Região, passasse a exigir providência de modo a conferir qualidade e celeridade da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO que de acordo com os próprios dados do TRT 15ª Região, em seu portal de transparência em seu site, há um total de **10.325 (dez mil trezentos e vinte e cinco mil)**, até a data de **30.04.2015**, processos aguardando julgamento na cidade de **Bauru**, Município vizinho de **Agudos** a qual os habitantes se dirigem para prestação jurisdicional trabalhista.

CONSIDERANDO que as Varas do Trabalho de Bauru recebem reclamações trabalhistas deste Município e das cidades da região, jurisdicionando para aproximadamente 400 mil habitantes, fato que causa grande morosidade nas audiências dos processos distribuídos, atrasando, portanto, o julgamento das reclamações trabalhistas, que por si só, causam prejuízos aos reclamantes, os quais buscam um posicionamento da justiça de forma célere.

Pelo Exposto,

REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário e cumprida às formalidades regimentais, sejam consignadas em ata de nossos Trabalhos **MOÇÃO DE APOIO** ao Projeto de Lei 8256-2014, de autoria do **Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Antônio José de Barros Levenhagem**, que cria **973 (novecentos e setenta e três) novos cargos de servidores para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região**.

REQUEIRO mais, sejam enviados ofícios ao atual **Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, Desembargador Lorival Ferreira dos**



Câmara Municipal de Agudos
Poder Legislativo

Santos, aos Juizes de nossa região, e, também, ao Presidente da OAB do nosso município, dando-lhes ciência do exposto.

REQUEIRO ainda, sejam enviados ofícios ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Consentino da Cunha; aos Presidentes da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, às Lideranças Partidárias do Congresso Nacional bem como as Principais Câmaras Municipais do Estado de São Paulo compreendidas na 15ª Região do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) dando-lhes ciência do exposto e solicitando-lhes apoio.

Sala das Sessões, 15 de Junho de 2.015.

1- Adriano Delfino da Silva

2- Antonio Carlos Paschoal Junior .

3- Auro Aparecido Octaviani.....

4- Eliseu Tenório Cavalcante.....

5- Farid Ayub.....

6- Glauco Luis Costa Ton.....

7- Luciano Durães de Vasconcelos.

8- Mauricio Carlos da Silva.....

9- Nelson Assad Ayub

10- Omar Omero Cunha

11- Patric Rafael Ribeiro Teixeira ..

12- Paulo Vinicius Wolber

13- Reginaldo Cirilo

mandado de
AGUDOS, 15 DE JUNHO DE 2015
PRESIDENTE